

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2014:** _____

---Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António da Silva Garrido e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Anabela Solinho Martins,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Artur Jorge da Silva Viana,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe
Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar,
Luzia Filipa Carvalho Miquelino,
António de Sousa Cepa,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Helena Maria Carvalho de Abreu,
Beatriz Paula de Sá Lima de Matos,
António Vendeiro Catarino,
Vítor Manuel Queirós Quintão,
João Eduardo Pinto Felgueiras,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Paulo Fernando Alves Marques,
António Viana da Cruz,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães,
Jorge Manuel Neto Filipe e
Mário Pires de Boaventura.

---Sendo vinte e uma horas e vinte minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:
António Maranhão Peixoto,

João Maria de Sousa Nunes da Silva,
Jaquelina Casado Afonso Areias,
Rui Manuel Martins Pereira,
Maria Raquel Morais Gomes do Vale e
Berta Filipa Gonçalves Viana.

---Verificou-se a ausência do seguinte elemento:
Alberto Francisco Amaro Ferreira.

---Não compareceram inicialmente os membros António Maranhão Peixoto e Jaquelina Casado Afonso Areias, tendo comparecido à sessão pelas vinte e uma horas de trinta e cinco minutos.

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2014 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia trinta de junho de 2014 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2014. -----

Por não terem estado presentes e conforme declararam, abstiveram-se os senhores deputados Anabela Solinho Martins e Manuel António Lima Torres Ribeiro. -----

01.01 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia trinta de setembro de 2014 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2014. -----

Por não terem estado presentes e conforme declararam, abstiveram-se os senhores deputados Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua, António Vendeiro Catarino e Manuel António Lima Torres Ribeiro. -----

01.02. – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

01.03. – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA. _____

Interveio Orlando Rua, do Grupo Político do PS, apresentando inicialmente, uma recomendação, cuja intervenção tem o seguinte teor:

“Nos termos do artigo 25.º, n.º 2, alínea k, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e do regimento desta Assembleia Municipal, vem o grupo político municipal do PS apresentar a seguinte recomendação:

O empreendedorismo contribui para o desenvolvimento económico e social dos municípios dado permitir designadamente a criação de empresas sustentadas em negócios diferenciados, com produtos/serviços de elevado valor acrescentado, a criação de emprego e a geração de riqueza.

Para Lumpkin & Dess (1996, p. 143), empreendedorismo reflete “a tendência de uma empresa para se envolver e apoiar novas ideias, novidades, experimentação e processos criativos que podem resultar em novos produtos, serviços ou processos tecnológicos”.

Tal como Dolabela (1999), entendemos o empreendedorismo como uma área bastante abrangente, incorporando temáticas como a criação de empresas, a geração de autoemprego, o intraempreendedorismo, o empreendedorismo social e políticas públicas.

O papel do empreendedor surge habitualmente relacionado com o descobrimento e a exploração de novas oportunidades. Tal implica “o estudo das fontes de novas oportunidades; o processo de descobrimento, avaliação e exploração das oportunidades e o conjunto de indivíduos que as descobrem, avaliam e exploram” (Shane & Venkataraman, 2000, p. 218).

O FINICIA é um programa que facilita o acesso a soluções de financiamento e assistência para projetos empresariais diferenciadores, próximos do mercado ou com potencial de valorização económica: na fase de criação da empresa; em empresas nos 4 primeiros anos de atividade; e em projetos de interesse local, em mais de 100 municípios protocolados.

Para garantir o acesso aos meios financeiros, o Estado (por via do IAPMEI) partilha o risco destas operações com sociedades de capital de risco, instituições bancárias, sociedades de garantia mútua e “Business Angels”.

Os beneficiários do FINICIA são empreendedores e PME em fase de arranque (primeiros 4 anos de atividade), ou empresas com atividades de interesse para o desenvolvimento económico local.

Assim, no âmbito de projetos de interesse local ou regional, destinado a micro e pequenas empresas existentes ou em fase de criação, com atividade ou projeto empresarial de relevância local em municípios aderentes aos Fundos FINICIA (cerca de 1/3 da totalidade dos municípios), RECOMENDAMOS a criação do FUNDO FINICIA ESPOSENDE, em montante a definir pelo executivo municipal.

Tal recomendação não é impeditiva, nem obstaculiza, eventuais investimentos e ações que o executivo possa no futuro empreender.”

Intervio seguidamente Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD, apresentando, inicialmente, dois votos de pesar pelo falecimento do senhor Albino Garrido e pelo falecimento do Reverendo Monsenhor Manuel Baptista de Sousa, subscrito por todos os Grupos Políticos, e que se transcrevem:

1- Voto de Pesar senhor Albino Garrido. _____

“Em virtude do falecimento do senhor Albino Garrido, em Outubro passado, irmão do Senhor Secretário e Deputado Municipal desta Assembleia Municipal, Dr.º António Garrido, propomos que seja aprovado um voto de pesar por tal doloroso acontecimento, apresentando

as sinceras condolências ao Dr. António Garrido e restante família. Mais proponho que esta deliberação seja comunicada à digníssima família.”

2 - Voto de Pesar Reverendo Monsenhor Manuel Baptista de Sousa. -----

“Em 10 de Novembro passado faleceu, aqui em Esposende, o Reverendo Monsenhor Manuel Baptista de Sousa.

Era natural de Aborim, Barcelos onde nasceu a 20 de Outubro de 1930. Foi ordenado a 03 de Julho de 1955. Tendo iniciado o seu ministério sacerdotal como pároco de Junqueira, Vila do Conde, onde permaneceu por 12 anos, em 1967 foi nomeado para a paróquia de Santa Maria dos Anjos, Esposende e aí permaneceu por 31 anos. Em 1998, a seu pedido, foi dispensado da paróquia e dois anos depois, em 2000, foi nomeado Capelão da Santa Casa da Misericórdia de Esposende, função que desempenhou até à sua morte.

Foi professor de Português e Moral no Colégio Infante de Sagres (1967-1971); Educação Musical e Moral nas escolas Secundária Henrique Medina (1981-1989) e Escola Preparatória de Esposende.

Em 1987 foi nomeado Monsenhor.

É Autor de uma vasta obra doutrinária e sobre a História Religiosa de Esposende.

Em 2005 foi-lhe entregue a Medalha de Honra do Município de Esposende.

Assim propomos que seja aprovado um voto de pesar pelo seu passamento, apresentando sinceras condolências à família.

Continuando a sua intervenção, cujo teor se transcreve:

“Prometo que hoje não falarei da política nacional pois os últimos dias não têm trazido bons exemplos e refiro-me, naturalmente, ao partido que aqui represento e também ao maior partido da oposição. São dias para esquecer e que ficarão como momentos negros na democracia portuguesa.

Sendo assim, reduzo a minha intervenção à política local começando por dizer que na impossibilidade de se atacarem as grandes opções políticas e estratégicas para o nosso município, certamente por falta de argumentos e porque é difícil contestar o trabalho que se está a desenvolver, assistimos, estarecidos, ao recurso a meios pouco dignificantes para a vida política, torpedeando-se pessoas e não políticas e opções.

Vem isto a propósito de uma nota emanada pelo Partido Socialista local, em 25 de Novembro último, com o título pomposo de “Reclamação à Proposta de Revisão do PDM”.

Ficamos, como toda a gente pensamos nós, surpreendido com tal comunicado já que o seu propósito não é esclarecer o que o PS entende quanto à revisão do PDM mas sim usar ataques pessoais, intoxicar os munícipes com falsas questões e, certamente, esconder que durante todos estes anos em que o PDM esteve em revisão jamais o PS demonstrou qualquer interesse em saber o que se passava, em que ponto estava e, como seria normal, dar as suas achegas para enriquecimento deste importante instrumento de gestão. Convém esclarecer que o PS esteve sempre representado no Executivo municipal durante todo este processo.

Mais recentemente, e por sugestão do Senhor Presidente da Câmara, o PS apresentou duas propostas/sugestões para a revisão do PDM. Uma dizia respeito à área de protecção da Estação Radio Naval de Apúlia e outra sobre os terrenos onde hoje está identificada a empresa Solidal. É bom, de salutar que a oposição apresente as propostas e as defenda. O que não é certo é

depois vir com comunicados difamatórios, em que nada reflectem o seu comportamento nos órgãos onde está representado.

Em Maio de 2006 o Executivo Municipal, onde se incluía um vereador do PS, aprovou por unanimidade, portanto também com o voto do PS, repito por unanimidade, a Carta Concelhia da RAN. A mesmíssima carta que hoje está em apreciação, sem qualquer alteração desde aí, e que foi minuciosamente “estudada”, estes dias, pelos socialistas esposendenses e que motivou tão estranho comunicado.

Tudo isto nos leva a perguntar: - o que mudou no PS se as pessoas são, na generalidade, as mesmas? De que serve fazer denúncias ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga de forma extemporânea e completamente vazias de fundamento? De que serve vir para a praça pública lançar anátemas sobre as pessoas, algumas há muito retiradas da vida política, que viram o seu nome escancarado no comunicado do PS? Que estranha forma de fazer política. Todos sabemos, ou já devíamos saber, que os nossos munícipes detestam e até penalizam fortemente quem assim age.

E termino, com um pensamento do velho poeta grego Zaratustra que dizia “ Quanto mais nos elevamos, mais parecemos pequenos àqueles que não sabem voar”.

Interveio seguidamente João Felgueiras, do Grupo Político do PS, cujo teor se transcreve:

Antes de mais, e porque para mim é um imperativo, queria deixar uma palavra de apreço e desejar as maiores venturas ao Executivo Municipal que no passado dia 16 assumiu a Presidência da Rede Nacional da Cultura dos Mares e dos Rios para o biénio de 2014/2016.

Espero, sinceramente, que esta Presidência seja aproveitada para uma maior consciencialização da sociedade civil em relação à importância do Mar, nomeadamente do “nosso” mar e do nosso Rio e que isso se venha a traduzir em desenvolvimento económico do nosso Concelho sem que se ponha em causa a beleza Natural com que fomos brindados.

Aproveitando a temática, porque é de mar e de rio que falamos, gostaria de questionar o Senhor Presidente sobre dois assuntos que me parecem importantes voltar a levantar nesta Assembleia;

O Primeiro, Senhor Presidente, é questionar o que falta, ou o porquê de tanto tempo para a limpeza das docas de pesca. Temos assistido a um protelar de datas para a realização da referida intervenção; qual a razão objetiva de tanta demora?

Na última Assembleia foi explicado o problema dos pareceres por parte do PNLN que travou o processo, mas que já tudo estava sando e que em Setembro se iniciaria a intervenção; então qual o problema, agora?

Estamos no final de Novembro e até agora NADA!...

Será que a draga está fora do país? Ou o motivo é outro?

Para além disso, Senhor Presidente, pergunto, a intervenção será ampliada para a doca junto ao Instituto de Socorros a Náufragos? É que o problema nesta doca é idêntico ao da doca de pescas... e é pena não se aproveitar a ocasião...

O segundo tema, senhor Presidente, é quase eterno: a Barra...

Aquando da inauguração do Polidesportivo de Rio de Moinhos, V. Exa. anunciou que a intervenção na barra de Esposende seria antes do final do ano e até agora nada.

Eu bem sei, que tal intervenção está ligada ao Polis do Litoral Norte e que ainda há dias no seminário sobre a erosão da orla costeira se fizeram juras, que agora vai.

Tenho para mim e considero a barra, não só de Esposende cidade, mas de todo o concelho.

Esta é uma porta de desenvolvimento que se encontra praticamente fechada há vários anos e que infelizmente continua a ceifar vidas, a cada ano que passa.

Relativamente a este assunto, se é verdade que existe pendência por parte da Polis Litoral Norte para tal intervenção, também não é menos verdade que o senhor Presidente nada assume e que continua a dizer que: "não vamos prometer nada em relação à barra".

Mas de facto, Senhor Presidente, o senhor criou expectativas e estamos expectantes para ver o que vai acontecer e se acontecer e quando acontecer, serei o primeiro a louvar.

Senhor Presidente:

O Concelho de Esposende tem duas prestigiadas corporações de bombeiros. Devido a circunstancialismos vários, o funcionamento das instituições desta natureza, têm sofrido alterações profundas a nível estrutural, nomeadamente no setor humano. Por isso, devido hoje a imposições da lei, o voluntariado mudou radicalmente. Hoje, as corporações precisam de equipas de intervenção permanentes chamadas EIPES, as quais têm que ser remuneradas.

O que era ontem um genuíno espírito altruísta "dar vida por vida", como tão galhardamente os bombeiros ostentam nas suas divisas, hoje é um peso económico bastante difícil de suportar, são homens a quem é preciso pagar como se fossem colaboradores ativos de qualquer empresa.

Tenho conhecimento que as nossas corporações vivem momentos difíceis e não chegam as diligências dos seus dirigentes, para ultrapassar as dificuldades que se lhes deparam mensalmente.

Também sei que a Câmara os apoia, mas este apoio vai-se tornando ano após ano, cada vez mais insuficiente.

Não tenho, Senhor Presidente, a pretensão de trazer aqui uma novidade ou proposta original com quanto, ao que sei, algo semelhante deverá ser já do seu conhecimento.

No entanto e porque nutro um profundo respeito e admiração pelos bombeiros, quero aqui trazer publicamente à consideração de V. Exa e respetiva Câmara, sem qualquer pretensão de índole política, o assunto, que poderei transformar em proposta formal e que se for avante venha a ter o apoio de todos os quadrantes políticos desta Assembleia.

Assim, gostaria de ouvir o senhor Presidente, sobre a possibilidade de as duas corporações dos nossos bombeiros poderem vir a receber a importância de 50 céntimos (meio euro), de cada consumidor de água, através da cobrança da respetiva fatura mensal. Esta seria uma solução, mas como em tudo há alternativas, que podem ser estudadas e enquadradas no âmbito legal, por exemplo na aplicação da taxa de proteção civil. Tal operação libertaria as duas corporações de grandes apreensões quanto ao futuro imediato e estou convencido de que não haverá ninguém que reclame sobre tal "imposição" tendo em vista o fim a que se destina e desde que saibam para que é. Porque todos mais tarde ou mais cedo podemos precisar dos seus serviços e do seu altruísmo. Uma espécie de "Fiscalidade Voluntária", já que de Fiscalidade este processo tem pouco...

Fica à sua consideração e do Executivo este alerta, senhor Presidente e espero que venha a ter acolhimento!

Senhor Presidente:

Para terminar, verifiquei que estes dias foram colocadas placas a delimitar as freguesias do Concelho, o que acho uma coisa completamente absurda no momento em que estamos, afinal Senhor Presidente, o Senhor Ministro Miguel Relvas "acabou" com a Freguesias como as conhecíamos, dando origem a várias Uniões, uniões essas que de união, pouco parecem ter...

Bem as placas foram colocadas, de forma até .. atabalhoada... porque existem espaços que

são terras de ninguém...

Quem teve a ideia brilhante?

Das Uniões nada vemos e de limites das antigas freguesias também não...

Afinal Marinhas começa no Hotel Suave-Mar ou na Placa da Estrada Nacional 13? O mesmo se passa em Fão e Apúlia, sendo que Apúlia até tem uma placa duas ou três vezes maior que a de Fão...

Razão tinha o Vice- Presidente da Câmara da Póvoa, que aqui no passado dia 16, disse que quando vinha a Esposende, nem sabia se ainda estava no Concelho da Póvoa ou no Concelho de Esposende. Seria por isso que foram colocadas as placas?"

Intervio seguidamente Luís Peixoto, Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, cuja intervenção tem o seguinte teor:

No mesmo sítio onde na última sessão referi a necessidade de repensar o passadiço em Fão, esta parte nova que foi feita na marginal nesse mesmo sítio, quero agradecer a intervenção que foi feita no sentido de colmatar algumas falhas que foram notadas na altura da minha intervenção, claro que ficando pendente o tema da iluminação, porque nunca é demais referir que vai ser um ponto de passagem pedonal bastante utilizado pelas pessoas do Caldeirão.

O segundo ponto que referi e que o meu colega João falou e mais me toca como presidente da Junta é a colocação das placas. Admito que terá sido um tema já muito pensado e que o empreiteiro foi informado que teria que colocar placas, e claramente que se regeu por plantas ou mapas que já não existem nas nossas cabeças.

Eu peço à Câmara, em meu nome e em nome de alguns presidentes de Junta, não é um tema pacífico, as limitações existentes na estrada nacional já estavam definidas, e agora levantar questões que não deveriam ter sido levantadas, peço à Câmara que tome o pulso à questão, era bom que se informasse as Estradas de Portugal.

Intervio seguidamente Anabela Solinho, do Grupo Político do PS, cuja intervenção tem o seguinte teor:

Todos nós sabemos que as escolas do nosso concelho são escolas com sucesso, sabemos que no final dos ciclos as escolas do nosso concelho têm revelado resultados positivos e é neste sentido que questionava a Câmara, uma vez que o Governo está a pensar em Municipalizar o ensino, pergunto se a C.E. já foi contactada nesse sentido, de estabelecer contacto e celebrar o protocolo. E se não foi contactada, perguntamos se tem já uma opinião sobre o assunto, a municipalização do ensino, se vier a ser contactada, se vai colocar a discussão pública essa temática.

Intervio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, cuja intervenção tem o seguinte teor:

“Sobre as sinalizadas incoerências do PS e sobre as incoerências, aqui não sinalizadas, do PSD, não me vou pronunciar porque elas são, sabemos muito bem, no plano local e nacional, a marca genética destes dois partidos. Quer um quer outro fazem o trabalho de sinalizar as suas próprias incoerências.

Agora, senhor Deputado Albino Penteado Neiva, não querendo tomar parte por ninguém, o

direito que nos assiste, no exercício e cumprimento do nosso mandato e tendo em conta a ação fiscalizadora desta A.M., faz sentido a intervenção do Sr. João Felgueiras. No entanto, não pondo de lado a bondade da mesma, bem sabemos que todo o apoio aos bombeiros é fundamental pelas razões que todos conhecemos, mas não podemos, não devemos branquear ou ter atitudes que desresponsabilizem o governo, no que concerne ao apoio que este tem que prestar a tais instituições.

Quanto às questões que hoje tenho para apresentar, começava por colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara que tem a ver com o seguinte: o seu antecessor, o Ex-Presidente da Câmara Municipal, João Cepa, numa reunião realizada com membros da Assembleia Municipal, informou que a Câmara Municipal de Caminha e a Câmara Municipal de Viana do Castelo, acionistas, tal como a Câmara de Esposende e o Estado, da Sociedade Polis Litoral Norte, não tinham realizado o seu capital, ou seja, a sua parte na participação desta sociedade, existindo, no último mandato, um atraso por parte destes dois municípios, na realização do dito capital, no valor aproximado de 3 milhões de euros.

Foi um argumento aduzido, além de outros, para que o Município de Esposende saísse da Sociedade Polis Litoral Norte. Assim, pergunto a V.^a Ex.^a, enquanto representante do Município de Esposende no Concelho de Administração da Sociedade Polis, se já foi realizado o capital em atraso, no montante referido?

Na última Assembleia Municipal abordei, de forma enfática, o protocolo celebrado com a Agência para a Modernização Administrativa – AMA, tendo criticado a celebração, por parte da Câmara Municipal, desse protocolo. Na altura vi gestos de alguma indignação sobre o que havia referido, principalmente do senhor Vereador Maranhão Peixoto mas, agora que temos o protocolo nas mãos, reforço, com veemência, que faz todo o sentido aquilo que havia afirmado. A criação deste espaço do cidadão vai custar no próximo ano 175 mil euros. Muito dinheiro gasto num espaço que significará a machadada nalguns serviços públicos do Estado prestados no nosso concelho. Olho para o protocolo e vejo serviços da Segurança Social que serão transferidos para a Espaço do Cidadão, vejo um elenco muito grande de tarefas há muito tempo desenvolvidas e asseguradas pelos serviços locais da segurança social e que, a breve trecho, passaram para a alçada deste novo Espaço. Não se entende a razão pela qual a Câmara aceita esta transferência de tarefas! A curto prazo teremos o encerramento daquele serviço, do serviço local da Segurança Social. Na altura quero ver a posição desta Câmara perante os funcionários que trabalham há muito tempo na Segurança Social em Esposende. De resto, este protocolo abre caminho para a assunção, por parte da Câmara Municipal, de outras tarefas/funções adstritas a outros serviços locais do Estado, o que não trará nada de bom para os Esposendenses.

Há pouco celebrou-se o dia da floresta autóctone, creio que a Câmara terá participado nessa celebração. Agora o que não podemos é ficar pela participação, muitas vezes em jeito de folclore, para mostrar que se fazem coisas. Importa ir mais além. Tudo porque, ao passarmos nas zonas mais litorais, o que vemos? Vemos a invasão de árvores infestantes e, face a este problema, a Câmara deve cumprir o seu papel, adotando uma política, em colaboração com o Parque Natural do Litoral Norte, no sentido de privilegiar a floresta autóctone e acabar com toda a vegetação invasora que marca o nosso litoral. A Câmara Municipal pode fazer isso, pode desenvolver um projeto de sensibilização neste sentido, envolvendo mesmo os particulares na limpeza dos seus terrenos e quintais. Aqui deixo a sugestão, em jeito de alerta. Outra questão que, aqui, quero abordar tem a ver com a Central de Camionagem. Trata-se de uma infraestrutura necessária, com muitas lacunas no seu funcionamento. Desde logo a falta

de táxis durante o dia ou mesmo no período noturno. Ora, tratando-se de um serviço concessionado, não se compreende a inexistência de táxis na Central de Camionagem. Do mesmo modo, e desde a inauguração da Central, existe um monitor informativo, mas que nada informa. Nem para embelezar serve. Tal significa que qualquer passageira que demande aquele espaço, de dia ou de noite, nenhuma informação lhe é prestada. E tudo isto configura uma lamentável falta de respeito pelos utentes dos serviços do transporte público de passageiros. Mais lamentável ainda neste tempo em que as tecnologias, de forma célere, permitem prestar, no caso em apreço, toda a informação necessária quanto aos horários de transporte. Mas esta Câmara nada quer saber. Assim, não Sr. Presidente, Srs. Vereadores.

Falo também do pré-escolar em Esposende. Assunto velho que o PCP tem abordado várias vezes. Vergonhosamente, esta cidade de Esposende não possui um Jardim de Infância público, apenas existe educação pré-escolar privada: Continuamos sem essa valência importantíssima na cidade de Esposende, tudo em resultado de más opções políticas que se repetem no tempo. Na cidade de Esposende faz falta um JI da rede pública, cuja localização deveria ser, na nossa opinião, no antigo posto da GNR, readaptando aquele edifício, em vez de o destinar, como tem sido anunciado, para Arquivo Municipal. Senhor Presidente, achamos que o Arquivo Municipal ficaria muito bem no atual edifício sede da Esposende Ambiente que, como parece constar, a breve trecho passará para outro local. Com o funcionamento de um JI nas antigas instalações da GNR, passaríamos a ter na cidade de Esposende um campus de serviços públicos educativos., mas se não for ali que seja noutra local, o importante é que haja trabalho e vontade para a criação da educação pré-escolar da rede pública, o que não se tem verificado, tudo porque esta Câmara PSD, de forma obstinada, só olha, nesta matéria, para o privado. Não tenho nada contra a Santa Casa da Misericórdia ou contra a ASSINJEPE que, na cidade de Esposende, detêm o monopólio da oferta da educação pré-escolar, só que esta situação não pode servir de argumento político para não se criar uma oferta pública de educação pré-escolar, problema que se arrasta há muitos anos.

Refiro, ainda, nesta minha fala, a utilização, por parte de empresas privadas, de standes, equipamentos camarários, para o desenvolvimento de atividades desportivas, nomeadamente o surf. São empresas, como a Onda Magna, que ocupa um stand onde já funcionou a biblioteca de praia em Ofir. Ora, acho que promover a prática desportiva, desde logo, modalidades ligadas ao mar é importante, no entanto, estas empresas obtém lucro com a sua atividade. De resto, trata-se de atividades caras. E sei que assim é porque perguntei a alguém que costuma estar neste stand os preços de uma aula ou de um curso de surf e constatei que são valores exorbitantes. E então importa questionar: quanto pagam estas empresas à Câmara pela utilização das infraestruturas que são pertença do município? A Câmara equacionou, através de protocolos, a possibilidade de crianças/jovens, desde logo, aqueles que menos podem no plano financeiro, frequentarem o surf e/ou modalidades desportivas desenvolvidas por tais empresas? Ou estas infraestruturas, que são públicas, servem exclusivamente para empresas privadas obterem lucros, sem qualquer contrapartida para o município? Estas são questões que emerge colocar, aliás, na linha de outras que coloquei em mandatos anteriores relativas a uma Academia de Dança que sempre foi financiada pelo orçamento do município e que pouco ou nada fazia em prol do interesse público, apenas recebia o subsídio. Agora, parece que faz alguma coisa, ainda bem, tudo em resultado do reiterado questionamento do PCP nesta Assembleia Municipal.

Para terminar apresento a seguinte recomendação:

Recomendação:

A existência de amianto em muitas edificações públicas e privadas constitui, como todos sabemos, uma ameaça à saúde pública.

Em Esposende, existem estabelecimentos de ensino (Escola EB António Correia de Oliveira e Escola Secundária Henrique Medina), onde o problema existe.

Na Escola Henrique Medina, após várias manifestações dos estudantes, o Poder Central realizou uma tímida intervenção não tendo retirado todas as placas/coberturas de amianto.

Na Escola António Correia de Oliveira, na EBI de Forjães e na EB2/3 de Apúlia o problema também existe e exige uma intervenção urgente.

Mas também há escolas do 1º ciclo, cujo proprietário é o Município que têm coberturas de amianto.

Assim, consciente da gravidade deste problema, a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal que, pelos meios ao seu alcance, exija ao Poder Central a remoção total das coberturas de amianto na E.S.H.M., bem assim como nas demais escolas referidas.

Mais recomenda à Câmara que esta proceda à inventariação urgente das escolas do 1º ciclo que têm coberturas de amianto e proceda à sua substituição com celeridade.

Para terminar pergunto ao senhor Presidente da Câmara quantos partidos políticos participaram na discussão pública do PDM, sendo que a data terminou no dia 26 deste mês?"

Interveio seguidamente senhor Vereador João Nunes, cuja intervenção tem o seguinte teor:

Farei uma intervenção rápida que imagino me poderá trazer alguns problemas políticos, e não é uma intervenção daquilo que eu decidi fazer aqui hoje, porque já tomei a iniciativa em tempo útil para que não acontecesse aquilo que o senhor Deputado Municipal Penteado Neiva há pouco referiu, ou seja, aquele tipo de reclamação ou de declaração que o partido socialista enviou à Câmara Municipal.

Eu tive responsabilidades no PS a nível nacional e tive responsabilidades a nível do distrito e tive como todas as pessoas sabem responsabilidades no PS de Esposende, fui presidente do PS local durante 4 anos e fui candidato à Câmara Municipal no ano de 2009 e no ano de 2013. Digo-vos com toda a sinceridade que nunca me atreveria a escrever num determinado ponto daquela reclamação, aquilo que considero verdadeiros ataques pessoais e que considero desculpem o termo, uma "mixórdia", é inqualificável e é um assunto no qual não tenho em todo o artigo uma palavra minha, uma vírgula, um ponto. Quero dizer publicamente a todos os presentes que nunca subscrevia aquela redação, repudio-a veemente mas não estou só, muitos dos militantes do Partido Socialista, muitos dos simpatizantes do PS, não subscreveu aquelas palavras. O que aqui quero dizer desta forma clara, para que não haja dúvidas, eu não tenho nada a ver com aquele comunicado.

Interveio seguidamente Artur Viana, do Grupo Político do CDS, cuja intervenção tem o seguinte teor:

A minha intervenção será muito curta. Início com algumas questões, nomeadamente na receção da documentação, porque nós somos voluntários para este cargo político, trabalhamos e nem sempre temos oportunidade de forma atempada de ler toda a informação, daí digo, fomos habituados, presenteados com uma informação escrita do senhor Presidente, mas para esta

reunião apenas veio em suporte digital, e desta vez a informação quase foi esquecida, uma vez que eu só a recebi ontem de manhã, e como tal não tive tempo de a ler, sendo que deveria vir com pelo menos 48 horas. Era importante que os documentos chegassem de forma atempada para os podermos analisar.

Através dos serviços de comunicação da Câmara, vou acompanhando e participando, na medida do possível, nas várias atividades promovidas pelo Município, daí que quero deixar aqui um destaque, louvando os diversos seminários, encontros, palestras, inaugurações, entre outras atividades, com um destaque em particular para a inauguração do Centro Escolar de Forjães com a presença do Primeiro-ministro e o Ministro da Educação, o seminário internacional sobre a temática “Gestão da Orla Costeira”, o 11º Encontro Nacional de Arquivos Municipais, a última apresentação do Plano de Marketing entre muitas outras atividades que quero realçar de forma positiva que vão levando o nome de Esposende bem mais longe e vai trazendo cá pessoas de renome, e o concelho de Esposende fica sempre bem visto nessa comunidade.

Aproveito também para fazer aqui uma pequena relembra, já foi falado no PDM, que está em discussão pública, eu só quero questionar, espero que a participação escrita tenha sido bastante, para poder ter um documento de forma completo, porque infelizmente nas sessões públicas a participação ficou muito aquém das expectativas, e se as pessoas questionam o documento fora de portas mais deviam nas sessões criadas para o efeito. Lembro que foi feita uma sessão no auditório municipal em que ficamos envergonhados com o número de pessoas presentes.

Também quero congratular-me com o regresso da luz no edifício salva vidas, agora temos bastante luz, no entanto um pouco mais para norte, junto ao estacionamento do estabelecimento Pé no Rio, as luzes estão apagadas e também o passadiço junto ao Forte continua apagado. São pequenas questões que convém não ir esquecendo.

Aproveito também para dar os parabéns ao novo presidente da concelhia do CDS de Esposende, que foi eleito há 8 dias e que se espera dar um novo contributo a este partido.

A restante informação deixo para os pontos seguintes.

Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclarecendo que a informação escrita do senhor Presidente chegou dentro dos prazos legais à mesa da Assembleia, podendo ser comprovado por e-mail, acontece que o senhor Presidente da Assembleia não teve oportunidade de enviar antes.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal apenas para fazer esclarecimento à intervenção do Dr. Orlando Rua e que tem a ver com o fundo FINICIA, nós ainda há poucos dias no âmbito do lançamento do plano de marketing territorial, íamos avançar com o desenvolvimento económico do concelho, uma das medidas que constam nesse plano de desenvolvimento económico é a criação de um fundo FINICIA que terá uma base. Há muitos municípios como disse e bem que já têm esse fundo a funcionar e para os fins que aqui referiu, nós já temos isso pensado para avançar muito em breve, no final deste ano, o mais tardar na primeira quinzena de janeiro, sendo certo que também nesse espírito temos o regulamento pronto relativo ao apoio de criação de empresas com um conjunto de incentivos, nomeadamente isenções de taxas, a derrama como dissemos nunca iríamos aplicar, taxas urbanísticas, temos um enquadramento global para isso, mas de qualquer modo tomará a opinião que entender relativamente à proposta.

Colocados a votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, obtiveram-se as seguintes votações:

1- VOTO DE PESAR SENHOR ALBINO GARRIDO. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ALBINO GARRIDO. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. --

2 - VOTO DE PESAR REVERENDO MONSENHOR MANUEL BAPTISTA DE SOUSA. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO REVERENDO MONSENHOR MANUEL BAPTISTA DE SOUSA. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

3 - RECOMENDAÇÃO - ASSEMBLEIA MUNICIPAL RECOMENDA À CÂMARA MUNICIPAL QUE, PELOS MEIOS AO SEU ALCANCE, EXIJA AO PODER CENTRAL A REMOÇÃO TOTAL DAS COBERTURAS DE AMIANTO NA E.S.H.M., BEM ASSIM NA S DEMAIS ESCOLAS REFERIDAS. MAIS RECOMENDA À CÂMARA QUE ESTA PROCEDA À INVENTARIAÇÃO URGENTE DAS ESCOLAS DO 1º CICLO QUE TÊM COBERTURAS DE AMIANTO E PROCEDA À SUA SUBSTITUIÇÃO COM CELERIDADE.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram contra 16 membros municipais do Grupo Político do PSD, 1 membro municipal do Grupo Político do CDS/PP, 1 membro municipal do Grupo Político do PS e 2 membros municipais Independentes, num total de 20. Votaram a favor 5 membros municipais do Grupo Político do PS e 1 membro municipal do Grupo Político do PCP, num total de 6.

Foi proferida, pelo Grupo Político do PSD, pelo Grupo Político do CDS/PP e pelo membro municipal do Grupo Político do PS, João Felgueiras a seguinte declaração de voto:

“ O voto contra vem no seguimento da informação do senhor Presidente da Câmara Municipal”

Não participaram na votação o senhor Manuel Fernando Lima de Meira Torres, António Vendeiro Catarino, Eduardo Oliveira Maia.

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que relativamente à informação escrita nada tem a dizer, é bastante esclarecedora, de alguma forma reproduz toda a atividade do município nestes últimos dois meses e se houver alguma dúvida estará disponível

para prestar qualquer esclarecimento.

Usou da palavra o senhor Orlando Rua, do Grupo Político do PS, questionando o senhor Presidente relativamente a tal como na altura em sede do plano de investimentos tínhamos rubricas com dotações de 100€, no ano anterior foi semelhante, no entanto os projetos falados não tiveram execução.

Usou da palavra o senhor Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, questionando o senhor Presidente se acha que 1800€ para o Gaterc é suficiente, pois as atividades são enormes.

Usou da palavra o Senhor Presidente, iniciando a sua intervenção respondendo às questões colocadas pelo senhor deputado João Felgueiras, agradeceu a referência feita à Rede Nacional da Cultura dos Mares e dos Rios, referindo que é muito importante para um município com a dimensão de Esposende presidir a uma rede nacional ligada ao mar e ao rio.

Efetivamente é um momento muito bom para Esposende, estaremos dois anos a presidir e esperamos fazer coisas importantes para o nosso município.

Relativamente à questão da doca pesca, o único motivo pelo qual a obra ainda não teve início é pelo facto da empresa não estar a operar em Portugal, temos os pareceres favoráveis, mas como sabem a empresa é Holandesa embora tenha uma filial em Madrid, neste momento, como já referi não está a operar cá, esperamos que no final do primeiro trimestre esteja cá para iniciar a obra, pois estamos ansiosos por resolver o problema. A nível burocrático está tudo pronto, aguardamos apenas a chegada da empresa.

Relativamente à questão da barra, penso que já foi dito que estamos à espera do visto do tribunal de contas, e penso que expliquei na última assembleia que a intervenção tem a ver com a restinga, com a dragagem da zona da barra e consolidação do molho norte, não tem a ver com o arranjo definitivo da barra, nunca prometi isso.

Quanto à questão dos bombeiros, temos tido ao longo dos anos um comportamento exemplar e de extrema colaboração, recordo que na informação escrita refere o plano de emergência que agora ficou concluído e tem os bombeiros como principais agentes da proteção civil. Estamos atentos às suas necessidades e ainda o ano passado foram aumentadas as transferências, mais de cerca de sete mil euros que o ano anterior. Apoiamos na aquisição de viaturas, e ajudamos dentro das nossas possibilidades.

Relativamente às placas de delimitação, ainda bem que falou disso, sei que não vai ser fácil as populações aceitarem mas em primeiro lugar é importante referir que o município não tem nada a ver com a colocação daquelas placas, são da responsabilidade das Estradas de Portugal, toda a sinalização vertical está a ser substituída, o que é ótimo para a segurança rodoviária, aquelas placas apenas têm a ver com a zona de localidade, ou seja dentro da localidade ou fora da localidade, isto é, prende-se com as regras do código da estrada. Nunca houve a pretensão das placas ficarem no limite das freguesias. A placa delimita apenas o fim da localidade e a partir dali pode-se circular a mais de 50Km/hora.

Quanto à obra da marginal de Fão, a obra está pronta, neste momento temos que aguardar para que possa haver uso fruto pleno por parte das pessoas e esta foi a solução que encontramos, quanto à iluminação não é muito fácil conseguir iluminação plena, há apenas uma parte iluminada. Aproveito para referir que já estamos a trabalhar na elaboração do estudo prévio da ecovia do Cávado, estamos no terreno e vamos precisar de muita colaboração dos senhores presidentes da junta das freguesias envolvidas.

Dando resposta à senhora deputada Anabela Solinho, refiro que tenho conhecimento que alguns municípios já aderiram à municipalização do ensino, penso que foi por convite do governo e por disponibilidade desses mesmos municípios. Não fomos contactados, mas temos uma ideia formada nesta matéria, ou seja, a gestão dos recursos humanos, mais concretamente dos professores nunca seria feita por nós, a alteração dos conteúdos e do próprio programa sim e aí estaremos totalmente disponíveis para trabalhar.

No entanto, como já referi não fomos contactados. Quando formos e perante as condições propostas teremos que analisar e discutir o assunto.

Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado Manuel Carvoeiro, dizer que com a sua intervenção já me ajudou a responder a algumas questões colocadas pelos outros senhores deputados.

Quanto à questão da Polis o município de Esposende teve um comportamento exemplar, temos o maior número de obras executadas nos três municípios da Polis. O Capital Social realizado foi de dois milhões e seiscentos e dez euros, logo no início do programa Polis, Viana do Castelo realizou muito pouco, mas havia um acordo que iriam realizar o capital conforme as obras, ou seja, não podem haver obras sem que o capital social desses municípios para aquela obra em concreto seja realizado. A verdade é que como eles não têm feito nada também não têm colocado lá dinheiro.

Relativamente à AMA, o espaço do cidadão não concordo com o que referiu, porque nós apenas colocaremos e aceitaremos naqueles serviços o que entendemos, se ler o preambulo vai ver que é assim, existem muitos serviços que podem ser prestados aqui e que na atualidade as pessoas têm que se deslocar a Braga, essa é a realidade e o benefício é esse. Recordo que houve municípios a aceitar cinco e mais espaços do cidadão, nós tivemos o cuidado de optar por um pois tínhamos a consciência que podia originar aquilo que referiu.

O serviço será prestado pelos funcionários do atendimento da Câmara Municipal e despesa de adaptação de infraestruturas é na sua totalidade suportada pela AMA.

Relativamente à floresta autóctone, temos sido exemplares na condução destes processos, em primeiro lugar a ideia de reflorestação foi pensada e quando apresentada à presidente do ICNF, ela colocou uma série de entraves e não quis avançar. Tenho a noção de que o pinhal está envelhecido e que o ano passado no inverno caíram cerca de 40 árvores e que é preciso fazer alguma coisa com urgência, pois a continuar assim dentro de meia dúzia de anos não temos pinhal de Ofir.

Depois de terminar a revisão do PDM, vamos avançar com um conjunto de planos, nomeadamente planos de urbanização, e essa passará a ter um plano que terá na sua base não a edificação, mas a reabilitação desses espaços para uso fruto público através da reflorestação.

Estamos a preparar um arboreto municipal, projeto muito interessante ligado à floresta autóctone, que irá surgir na zona de vila chã, num terreno que já possuímos e também um projeto muito interessante na mesma área mas cidadão, podemos dizer que será um regresso ao passado no centro urbano.

Quanto à central de camionagem, temos para aquele espaço um conjunto de iniciativas, nomeadamente transformar aqueles gabinetes num espaço de coworking, reabilitação do espaço, concessão do bar e colocação do monitor que já existe a funcionar, são coisas que estão em andamento e muito em breve estarão resolvidas.

Quanto à sede da Esposende Ambiente dizer que esta não vai mudar de local, compramos um

pavilhão para a parte operacional.

O antigo posto da GNR e o projeto que temos para o edifício é para manter, o fim a que se destina será para o arquivo municipal e eventualmente irá ter outras valências que possam conduzir para um financiamento do próprio projeto.

Relativamente à rede do pré-escolar publica temos a ASSINJEPE e a Misericórdia, se temos um problema, o problema é termos coisas a mais e não a menos como refere, temos propostas para encerrar escolas, portanto a meu ver a proposta não é adequada.

Relativamente ao surf e de acordo com o que me foi transmitido, é verdade que ocupam as instalações, mas existe um contrato de comodato em que eles têm um conjunto de tarefas a desenvolver em prol do município, posso adiantar que funcionam como posto de informação turística, apoiam na realização do evento Ofir Surf Open, entre outras.

Quanto à academia de dança, bastava estar presente na gala do desporto realizada no passado domingo e iria perceber o trabalho desenvolvido, a envolvimento e o que produzem estas academias hoje, pois já têm um elevado nível.

Relativamente ao GATERC, como medida de boa gestão não costumo dar mais do que aquilo que me pedem.

No entanto posso adiantar que desafiei o Jorge Alonso para preparar e já temos na nossa posse um projeto para a dinamização do teatro no município, para além do GATERC existem outros grupos de teatro no concelho.

Relativamente ao PDM, não lhe sei dizer quantos partidos políticos apresentaram contributos, todos os contributos foram encaminhados para o técnico responsável, e ainda podemos receber pelo correio desde que a data de expedição esteja dentro da validade. Posso adiantar que já está agendada a reunião com a equipa de projeto e até ao final do primeiro trimestre esperemos que já esteja cá fora a nova versão do PDM.

Relativamente ao senhor Vereador João Nunes quero-lhe agradecer a forma como entendeu o posicionamento de uma parte do Partido Socialista e fico muito satisfeito por não se identificar com essa forma de fazer política, porque confesso que fiquei incomodado com tudo aquilo, tinha uma série de referências para fazer mas obviamente que não vou fazer, estes atos ficam com aqueles que os praticam e o melhor é não dizer nada.

Relativamente ao senhor deputado Artur Viana, agradeço as referências feitas à atividade do município. Quanto à iluminação quer na zona junto ao pé no rio, quer no passadiço têm sido vítimas de vandalismo constantes, roubam projetores e cabos.

Colocamos a torre junto à caravela e quanto ao restante está em curso um projeto de iluminação comum para toda a zona mencionada.

Penso que respondi a todas as questões colocadas e queria deixar nota de alguns assuntos, quanto à obra de S. Bartolomeu que iniciou há pouco tempo está terminada, ainda com delimitações, foi uma intervenção feita em tempo record que pode ser vista e utilizada por todos.

Quero também deixar aqui uma boa notícia, que passa pela isenção das ligações de água e saneamento, se já tínhamos dos valores mais baixos da região, a partir de agora é gratuito.

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

02.01. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A

AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – PARA CONHECIMENTO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de agosto de 2014, foi presente na sessão, para conhecimento, o protocolo celebrado entre o Município de Esposende e a Agência para a Modernização Administrativa. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.02. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE AGOSTO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 18 de setembro de 2014, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de agosto, nos termos do artigo 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.03. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 16 de outubro de 2014, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de setembro, nos termos do artigo 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.04. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE OUTUBRO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de novembro de 2014, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de outubro, nos termos do artigo 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.05. APRECIACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS, DA GESTÃO DA VERTENTE AMBIENTAL E DE GESTÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS PLUVIAIS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 30 de outubro de 2014, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a Esposende Ambiente, E.M. para a prestação de serviços de execução de tarefas de gestão de espaços verdes públicos, da gestão da vertente ambiental e de gestão do sistema de águas pluviais na área do município de Esposende. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA. -----

Votaram a favor 18 membros do Grupo Político PSD, 1 membro do Grupo Político do CDS-PP e 2 membros Independentes, num total de 21. Votaram contra 7 membros do Grupo Político do PS. Absteve-se 1 membro do Grupo Político do PCP.

02.06. APRECIACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 30 de outubro de 2014, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços de resíduos urbanos e limpeza pública no Município de Esposende. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA. -----

Votaram a favor 18 membros do Grupo Político PSD, 1 membro do Grupo Político do CDS-PP e 2 membros Independentes, num total de 21. Votaram contra 6 membros do Grupo Político do

PS. Absteram-se 1 membro do Grupo Político do PCP e 1 membro do Grupo Político do PS, num total de 2.

02.07. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ESPOSENDE 2000, ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M. – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de novembro de 2014, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a Esposende 2000, Atividades Desportivas e Recreativas, E.M. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA. -----

Votaram a favor 18 membros do Grupo Político PSD, 1 membro do Grupo Político do CDS-PP, 2 membros Independentes e 7 membros do Grupo Político do PS num total de 28. Absteve-se 1 membro do Grupo Político do PCP.

02.08 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2015 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 25 DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 30 de outubro de 2014, foram presentes na sessão a proposta para o ano de 2015 do Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. Fica arquivada cópia dos mesmos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Aquando da discussão do presente assunto, o senhor Presidente referiu que o orçamento para 2015 cresceu cerca de 3% relativamente ao do ano anterior, sendo, mais uma vez um orçamento muito rigoroso e realista, que não coloca em causa a sustentabilidade e equilíbrio financeiro do Município e que permitirá dar continuidade ao projeto de desenvolvimento do concelho, onde o setor económico e a vertente social se mantêm como prioridades, tendo realçado o facto de estarem inscritas no mesmo 104 atividades.

Importa também referir que as receitas correntes são claramente superiores às despesas correntes.

O senhor Presidente referiu ainda que, numa lógica de apoio às famílias, irá ser reforçado o número de Bolsas de Estudo a atribuir aos estudantes do ensino superior e irá manter-se a

oferta dos manuais escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sendo que também se irá participar no apoio às refeições das crianças do Educação Pré-Escolar.

Vai manter-se a não aplicação da Derrama, uma medida de apoio direto às empresas e de incentivo à fixação de unidades empresariais e que se traduz numa perda de receita anual de cerca de 1 milhão de euros.

Relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis, este orçamento prevê a redução da taxa de 0,34% para 0,32%, que será uma das mais baixas taxas praticadas na região, mas que implica uma perda de receita anual muito próxima dos 300 mil euros.

Consciente das limitações financeiras das Juntas de Freguesia, agravadas pela nova lei das autarquias locais, o Município decidiu aumentar em 25% as transferências, comparativamente a 2014, naquele que constitui um dos maiores aumentos de sempre para as Juntas de Freguesia.

Continuando no uso da palavra, o senhor Presidente realçou que o Município vai manter um ritmo de investimento considerável, não obstante a perda de receita que irá sofrer, nomeadamente ao nível das taxas urbanísticas e da receita do Imposto Municipal sobre Transações, a que se junta a comparticipação anual de 140 mil euros para o Fundo de Apoio Municipal, que, no global, representam uma quebra de receitas na ordem dos 500 mil euros.

Terminando a sua intervenção, o senhor Presidente referiu que mantém a expectativa de ainda captar fundos do anterior quadro comunitário, o que possibilitará recuperar parte do investimento efetuado em várias infraestruturas e equipamentos, referindo ainda que há boas perspetivas relativamente ao próximo quadro comunitário, estando o Município de Esposende bem posicionado para concorrer a novos projetos, atendendo à sua boa situação financeira e a ter projetos já prontos para poder avançar com as candidaturas.

Usou da palavra o senhor deputado municipal Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD, que se transcreve:

“ O Executivo Municipal traz hoje a esta Assembleia Municipal os Documentos Previsionais para o Ano de 2015 nomeadamente o Orçamento, num valor que ultrapassa os 18 milhões de euros, lembramos que o de 2014 foi de 17,4 milhões, assim como as Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal.

Olhamos para estes documentos com expectativa e agrado pois, apesar de uma conjuntura desfavorável, não se mostra restritivo tal como a generalidade dos Orçamentos e Planos de outras autarquias.

Estamos perante um Orçamento rigoroso e realista tendo, na devida altura, o nosso Presidente afirmado que o facto de o mesmo demonstrar alguma ambição, “não coloca em causa a sustentabilidade e equilíbrio financeiro do Município e que permitirá dar continuidade ao projeto de desenvolvimento do concelho, onde o sector económico e a vertente social se mantêm como prioridades.”

A Câmara Municipal de Esposende tudo fazendo para tomar medidas de apoio ao Desenvolvimento Económico, vai continuar a não aplicar a Derrama incentivando dessa forma a fixação de empresas no nosso concelho – pese embora a perda substancial de receitas e reduz a taxa do IMI para 0,32.

Sabendo todos nós que nos últimos anos o nosso município tem visto muitas das suas receitas diminuídas – baixa das Taxas Urbanísticas, receitas do IMT, agora, também, com a comparticipação para o FAM – Fundo de Apoio Municipal, não diminui ao ritmo de investimento procurando, através de boas políticas, continuar a ter as suas finanças equilibradas, digamos de excelente saúde o que, para a nossa oposição é um verdadeiro

pesadelo tanto mais que sabemos ser intenção do Executivo Municipal vir a abater cerca de 1,2 milhões de euros à dívida de médio e longo prazo.

Analizando com a devida atenção estes documentos, nomeadamente na Grandes Áreas de Intervenção, são relevantes, entre outras, as medidas de Âmbito económico, dinamização dos Parques Empresariais, a criação de Plataformas de Dinamização Económica, o apoio auto-empregabilidade e, também aquelas que permitirão continuar a trabalhar afincadamente pela coesão social, apoiando as famílias através do reforço das Bolsas de Estudo aos alunos do ensino Superior, a inovadora medida da oferta dos manuais escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, assim como a previsão da comparticipação no apoio às refeições das crianças da Educação Pré-Escolar. Também na área da Cultura merece especial destaque nomeadamente a intenção em dar continuidade à publicação do Boletim Cultural de Esposende pois é a única forma dos autores locais e daqueles que se debruçam sobre a História deste concelho publicarem as suas investigações.

É nossa convicção que as opções vertidas nestes Documentos Previsionais são fundamentais para continuarmos a crescer e a desenvolver de forma sustentada e, por isso, vão receber, estamos certos, a aprovação desta Assembleia Municipal. O Grupo político do PSD felicita o Executivo pelo trabalho desenvolvido ao longo deste ano de 2014 e dará o seu voto favorável ao Orçamento 2015, às Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal”

Usou da palavra o senhor deputado municipal Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PSD, cuja intervenção tem o seguinte teor:

Senhor Presidente da Câmara na mensagem inicial dos documentos agora em análise refere o senhor Presidente e vou citar: *“no sentido de podermos ter um documento que obedeça a diversas sensibilidades políticas representadas na Assembleia Municipal procedemos em tempo útil à auscultação dos mesmos de forma a poder ver os contributos que considerar pertinentes.”*

Bem, pretende desta forma o senhor Presidente da Câmara mostrar que cumpriu o estatuto de direito de oposição legalmente consagrado, no entanto, ainda não foi desta vez que o executivo municipal cumpriu na sua plenitude este estatuto, embora como referiu há pouco tivesse dado passos ainda que tímidos no cumprimento deste estatuto.

É que apesar dos partidos políticos terem sido convidados a apresentar propostas no âmbito da elaboração dos documentos previsionais para 2015, o que o PCP de forma atenta e empenhada fez e que foi sinalizado, agradecendo desde já as suas palavras, já agora seria bom que o senhor Presidente informasse esta assembleia que partidos apresentaram propostas no âmbito desta consulta.

Continuando, refiro que esta mera consulta não esgota nesta matéria o direito de participação e audição, é que na nossa perspetiva do direito de oposição devem ser ouvidos logo após a elaboração dos projetos de proposta do plano de atividades e orçamento em prazo que permita aos partidos pronunciarem-se sobre os documentos em causa antes da sua aprovação pelo órgão executivo.

O PCP pediu por escrito ao senhor Presidente que assim procedesse tendo depois solicitado em tempo uma audiência para melhor explicitar as propostas apresentadas.

Ao pedido efetuado o senhor Presidente remeteu-se ao silêncio e não respondeu ao PCP.

Quanto às propostas apresentadas foram acolhidas de forma tímida, sendo que a que mereceu maior destaque foi a que tem a ver com o prontuário de intervenção de transporte rodoviário, com referência à resolução da problemática de estacionamento junto às zonas balneares, mas

com uma formação diferente daquela que foi proposta pelo PCP. Certamente teria sido diferente se tivéssemos conversado sobre isto.

Assim, resulta claro que este executivo ao invés do que refere quando fala na colaboração de todos, apenas está a semear palavras neste aspeto ao vento, porque quando as palavras não tem uma tradução efetiva na realidade.

De tudo resulta que mais uma vez estivemos perante um aparto de participação dos partidos, não tendo a Câmara cumprido na plenitude o direito de oposição, mas mais grave que isso foi a conduta de V. Ex.^a quando no jantar de candidatos aos órgãos autárquicos e autarcas do PSD afirmou que tendo solicitado aos partidos proposta no âmbito do estatuto do direito de oposição, ficou dececionado porque tais propostas resumiram-se à mera reivindicação da colocação de candeeiros para iluminação pública, referindo-se por exclusão de partes ao PCP, e como o senhor Presidente sabe não corresponde à realidade como agora aqui afirmou. O PCP apresentou um elenco de propostas, vou solicitar à mesa o envio dessas propostas para os senhores deputados municipais.

O senhor Presidente não disse a verdade sobre este assunto.

Quanto aos documentos previsionais, o senhor Presidente fala das obras dos outros, a Polis do Litoral Norte, as Águas do Noroeste, pretendendo mostrar que estas obras não são municipais, não é verdade, o seu a seu dono, não venha o senhor Presidente apresentar como seu.

Numa análise mais focada destes documentos vemos o aumento de receitas que advêm das políticas do massacre fiscal levado a efeito pelo governo nos aumentos dos impostos diretos com efeitos no nosso concelho, mais de 2% comparativamente a 2014.

Do lado da despesa vemos a aquisição de bens e serviços, cinco milhões sete mil e sete euros, 24% do orçamento da despesa, mais trezentos e vinte e um mil duzentos e três euros por comparação a 2014. Já no que concerne à aquisição de bens de capital há um emagrecimento relativamente a 2014.

Por comparação a 2014, temos um aumento das despesas correntes de 1 milhão e quatrocentos mil euros, 12%, o executivo vai dizer que este valor é essencialmente referente à despesa com pessoal, mas também não podemos desconsiderar neste aumento de quase um milhão e meio de euros na aquisição de bens e serviços.

A despesa de capital emagreceu novecentos e noventa e oito mil euros, menos 20% por comparação a 2014.

No que concerne a receitas fiscais, há um aumento de 9% dos impostos diretos, há uma variação entre 2014 e 2015 de mais de quatrocentos e noventa e seis mil euros. As transferências da administração central por comparação a 2014 teve um aumento de duzentos e vinte e cinco mil euros que resultaram do IRS. Verificamos um aumento significativo do peso das receitas provenientes do poder central.

Feita uma análise nas áreas de intervenção, concretamente aos vários objetivos do plano, constata-se a grande capacidade desta câmara municipal em decalcar o que consta no orçamento de 2014 e até em orçamentos anteriores, é praticamente uma cópia a papel químico. Após quantificar as propostas apresentadas resulta que mais de 90% das mesmas são uma cópia das de 2014. Poderia elencar todas mas precisaria de muito tempo.

Verifico falta de criatividade, falta de visão e estratégia.

No que concerne às medidas de fiscalidade, verifico que esta câmara poderia no que respeita ao IMI ter implementado aplicar a taxa mínima de 3%, pois tinha condições financeiras para o fazer.

O executivo continua a aumentar a despesa com estudos, pareceres, projetos e consultorias,

tudo num montante superior a um milhão de euros, na rubrica outros estão mais dois milhões de euros, montantes elevados de despesa que não se justificam. Diz o senhor presidente que tal é necessário, pena que sejam para conceber projetos que ninguém conhece. Para terminar, refiro que estamos perante um orçamento que é uma cópia do anterior, um orçamento e plano verdadeiramente inatingidos quanto à necessidade de um futuro de progresso e desenvolvimento para Esposende.

Usou da palavra o senhor deputado municipal Artur Viana, do Grupo Político do CDS, cuja intervenção tem o seguinte teor:

Estamos perante um documento complexo que merece debate, merece esclarecimentos, não tenho a mesma opinião que o meu colega, mas tenho muitas questões a colocar.

Apresenta propostas de redução referente a taxas, várias ações de âmbito social que algumas já foram implementadas este ano, assim como algumas ações que foram defendidas pelo próprio grupo do CDS.

É óbvio que o que está bem é para continuar, aí não há que ter dúvida, quanto à avaliação estaremos cá quando o relatório for apresentado e as justificações do ter ou não feito.

Relativamente à informação do senhor Presidente em que faz destaque às Águas do Noroeste e aos investimentos da Polis, é claro que as Águas do Noroeste vai investir mas com o intuito de reduzir custos, e relativamente à Polis, não considero que seja uma entidade exterior até porque os investimentos da Polis foram propostos em conselho de administração. Considero que as obras realizadas pela Polis são do município, pois existem verbas do município.

Há muitas dúvidas que me foram surgindo na leitura do documento, se é verdade como disse o senhor Presidente, existe uma redução de impostos nomeadamente no IMI, também existe um aumento de receita proveniente de impostos diretos, cerca de 500 mil euros.

Um ponto importante que verifiquei neste plano são alguns projetos cofinanciados, gostaria que o senhor Presidente informasse qual o ponto de situação destes projetos uma vez que têm verbas da autarquia, e para que fim se destinam. Outro aspeto que também ressalva a nível das despesas com pessoal, se é verdade que parte deste aumento tem a ver com reposição de subsídios que o ano passado não lançavam também é verdade que temos ali um valor de encargos com pessoal em regime de tarefa e avença, cerca de 200 mil euros, assim como pessoal em qualquer outra função, cerca de 333 mil euros, temos aqui valores que são pagos a funcionários que não estão exclusivamente em funções no município.

Muitas vezes esta autarquia se tem elogiado de que tem um rácio de funcionário por população muito baixo, mas é verdade que tem funcionário por outros programas paralelos.

Questiono também e uma vez que não está bem claro o aumento do valor das transferências para a Esposende Ambiente em mais de 511 mil euros do que o ano passado, há que justificar perante os presentes o aumento deste valor. Verifico também um aumento na rubrica "outras despesas correntes", de mais 23 mil euros comparativamente ao ano anterior.

Destaco também o facto da rede de saneamento ter apenas o valor de 50 mil euros, embora tenha uma referência a obras da Esposende Ambiente, presumo que aqui não tem as obras das Águas do Noroeste porque aqui o que nos interessa é o alargamento da rede, pois ainda temos algumas zonas do concelho que não têm. Considero que devíamos investir um pouco nesta área.

A nível da habitação social também aparece só um valor na ordem dos 120 mil euros, temos muita habitação mas nem toda a gente pode chegar até ela pois os valores são elevados, mas temos muitas freguesias sem fogos de habitação social, temos que redefinir estratégias nesta

área.

Outro ponto tem a ver com uma rubrica de estudos, projetos e consultadoria que apresenta um valor na ordem dos 222 mil euros, apesar de tudo é mais baixo do que o do ano anterior, no entanto fico apreensivo quanto à aplicação deste montante. O montante gasto no projeto do parque da cidade, a meu ver desnecessário pois ainda não temos os terrenos mas já temos projetos. Que eu saiba não podemos construir em terrenos alheios. Seria mais interessante adquirir os terrenos e depois elaborar o projeto.

O documento apresentado também refere a variante norte de Apúlia, deixa-me indignado. Apúlia já teve a construção da variante sul que veio ajudar o escoamento do trânsito e agora temos a variante norte, não digo que não faça falta, mas se virmos em termos de prioridades passa completamente no esquecimento a variante sul de Fão, está prevista no novo PDM mas não há qualquer intenção futura. Será que vamos esperar mais 30 anos como foi o caso da marginal do caldeirão, será que a solução do trânsito de Ofir não passa pela construção dessa variante? Na minha opinião esta seria prioritária.

Outro ponto que gostaria também de colocar porque pode ser interessante é o estado das negociações com a entidade gestora da marina de recreio, já vimos que se vai avançar com a intervenção na doca de pesca, projeto que considero interessante, sabemos que as entidades tutelares não o fazem, terá a câmara que fazer alguma coisa e exercer alguma pressão quanto à marina de recreio.

Gostaria de saber que estratégias irão utilizar relativas à promoção e fixação da população residente.

Quanto às limpezas das praias, quero referir que as praias estão cá 12 meses por ano e não 2 meses por ano, temos um turismo sazonal forte, gostaríamos de alongar essa sazonalidade e termos turismo durante todo o ano, para isso é necessário ter paisagens de qualidade e limpas. Era importante fazerem limpezas periódicas às praias.

Para terminar, gostaria de ver esclarecidos os pontos referidos anteriormente e dizer que o CDS não se vai opor aos trabalhos da autarquia pois contará com o nosso voto favorável.

De seguida usou da palavra o senhor deputado municipal Orlando Rua, do Grupo Político do PS, que se transcreve:

“Aos documentos previsionais propostos pela Câmara Municipal faltam-lhes “chama”, não se vislumbrando as impressões digitais de empreendedorismo e inovação que a maioria PSD vai propalando e cujo vocabulário e conceitualização parecem já interiorizados!

Senhor Presidente da Câmara estes documentos previsionais deveriam ser preparados tendo por base o devido planeamento estratégico do município, cuja incumbência é do seu executivo, ou seja, da gestão de topo da autarquia. Percebemos logo que, considerando a missão do município, não procederam à competente análise do ambiente externo (identificando oportunidades e ameaças) e à análise do ambiente interno (identificando pontos fortes e pontos fracos). Logo os objetivos subjacentes a tais documentos não assumem, como deveriam, uma dimensão estratégica, planeando e programando o longo prazo. Também ficamos sem saber qual(ais) a(s) estratégia(s) adotadas pelo Município para o desenvolvimento económico e social que todos desejamos. Repare, não foi por acaso que o POCAL criou a figura do Plano Plurianual de Investimentos, criou-o efetivamente para orientar a ação municipal no longo prazo e não exclusivamente no curto prazo, como parece ser o caso.

Para além disso afiguram-se-nos economicamente apáticos e socialmente injustos.

Economicamente apáticos pois, objetivamente, consubstanciam um marasmo a toda a prova,

em nada contribuindo para o crescimento e desenvolvimento económico do município. Atente-se, a título de exemplo, à substancial redução do investimento proposto para 2015, onde as despesas de capital relativas à “Aquisição de bens de capital” sofrerão uma redução de 20%, representando menos 750.000,00 euros de investimento face ao preconizado para o corrente ano, e contrariamente ao que refere não concorrem para “... manter um ritmo de investimento considerável...”, nem tão-pouco “para o desenvolvimento e crescimento”. Tal redução significará que os esposendenses terão acesso a menos infraestruturas, equipamentos e manutenção/recuperação dos existentes. Sublinha-se ainda que o decréscimo do investimento público local terá com certeza externalidades negativas para o tecido empresarial local que poderia ver o volume de negócios das suas empresas potenciados.

Não poderá o Senhor Presidente da Câmara justificar tal desinvestimento com a redução da receita, bem pelo contrário!... O total da receita prevista para 2015 cresce 3% face a 2014, ocupando lugar de destaque o aumento dos impostos diretos em 9%, aqueles que fustigam de forma mais incisiva as famílias. Mas há mais! De entre estes impostos diretos o IMI cresce 20%, sim 20%, um quinto face a 2014. Isto quando o Orçamento de Estado para 2015 aboliu a norma de salvaguarda relativa ao aumento máximo deste imposto! Nem poderá justificar a redução de investimento com a falta de apoios, pois o novo quadro comunitário Portugal 2020 está em fase de operacionalização, em que 2015 será o ano de arranque deste.

Senhor Presidente da Câmara Municipal os documentos previsionais apresentados há um ano ficaram qualificados como os das rubricas de “100 euros”, estes que agora propõe ficaram conhecidos como os das rubricas de “Outros”, atingindo a sua perplexidade no orçamento da despesa de capital “Outros serviços – Outros” no montante de 1.183.570,00 euros, valor demasiado numa rúbrica, que pela sua natureza, deve ser residual.

Na estrutura da despesa, considerando a despesa com o pessoal como aquela que apresenta menor elasticidade para ser reduzida, poderia este executivo otimizar, reduzindo, as despesas com a aquisição de bens e serviços, que neste orçamento aumentam 6%, salvaguardando obviamente os transportes escolares, o serviço público de iluminação e a utilização do aterro sanitário. De uma vez por todas deveria ser externalizada a manutenção dos jardins e espaços verdes para as juntas de freguesias, dotando-as de recursos para tal, não engordando assim as receitas da Esposende Ambiente (que parece delas não necessitar!). Quem melhor que as juntas para realizar tais ações?

Resolva, ainda, a despesa corrente relativa a “Pessoal em regime de tarefa ou avença”, dotada com um valor de 200.707,00 euros... A responsabilidade social da autarquia deve afirmar-se “transformando” os falsos “recibos verdes”, aqueles colaboradores que apesar de estarem capsulados sob a figura de trabalhadores independentes se subordinam aos princípios do trabalho por conta de outrem, contratando-os a termo certo. Neste âmbito acabe ainda com as avenças que não acrescentam valor às operações da Câmara Municipal, com certeza que um relatório de atividades de cada uma delas ajudar-lhe-iam a concluir da ineficiência das mesmas.

Socialmente injustos porque, apesar do Senhor Presidente da Câmara Municipal referir que estes documentos previsionais “... assentam num projeto cada vez mais direcionado para as pessoas...”, destina somente 2% do valor da despesa, cerca de 273.000 euros, para “Acção social”, propondo-se com este parco valor a investir nos vários projetos referidos nas páginas 23-25 dos documentos previsionais propostos. A intenção é ótima, os recursos afetos para o efeito é que são realmente bastante escassos...

Senhor Presidente da Câmara Municipal, refere que o seu executivo se recusa ficar de braços

cruzados, mas com os documentos previsionais ora propostos poderá descruzar os braços mas permanecerá estático durante o ano de 2015, não correspondendo o seu executivo com a proatividade e inovação necessárias para galvanizar os atores das diversas atividades económicas, sociais e culturais e as famílias deste concelho para, com uma orientação estratégica, através da conjugação de recursos, capacidades e competências, contribuir para o real e efetivo desenvolvimento económico e social de Esposende.

Pela fundamentação apresentada o voto do grupo político municipal do PS somente poderá ser CONTRA a proposta de documentos previsionais para o ano de 2015."

Em respostas às questões colocadas pelo senhor Deputado Manuel Carvoeiro o senhor Presidente referiu que nunca disse qual foi o partido político que apresentou propostas. O senhor ao vir aqui é que se denunciou. Existe um conceito que é importante que se clarifique, uma coisa é a participação, outra coisa é a aceitação. Aceitar a sua participação não quer dizer que aceite as suas propostas. Não pode acusar de não aceitar as suas propostas, algumas eram coincidentes com as nossas e foram integradas, outras não.

Quanto ao que diz da Polis, algumas das obras que estão a ser desenvolvidas em proveito do município, gostava de lembrar que o município contribui com 2 610 mil euros que estão para alavancar investimentos muito próximos dos 30 milhões de euros, isto não é o nosso esforço e o dinheiro dos munícipes de Esposende que estão incluídos nestas obras?

Quando fazemos obras com fundos comunitários é exatamente igual, são obras do município, o que nós temos é uma dinâmica mais forte que outros municípios, mas com isso vocês vão ter que conviver, obras da Polis são obras do Município.

Quanto às Águas do Noroeste quero dizer que se não fosse a obra dos meus antecessores que infraestruturaram todo o município com a cobertura total de água e com saneamento na ordem dos 85%, nunca as Águas do Noroeste iriam investir aqui 24 milhões de euros, só vêm fazer investimentos em alta porque temos a rede em baixa toda feita pelo município.

De resto queria referir que estamos em Portugal, num país acabado de sair de uma assistência financeira, temos autarquias completamente falidas e olhar para um orçamento desta natureza e dizer que é um massacre fiscal, eu vou-lhe dizer o que é um massacre fiscal. Massacre fiscal é Alcochete, um município do Partido Comunista que tem um IMI de 0.45, de 0.80, taxa de IRS de 5% e uma derrama de 1.5%, que é o máximo previsto, Almada, Setúbal., Palmela, Seixal, entre outros. Isto é que é um massacre fiscal.

Não foi 1 município que atualizou o IMI, foi a nível nacional, estamos a trabalhar com as taxas mais baixas da zona norte.

Relativamente às questões colocadas pelo senhor Deputado Artur Viana, o senhor Presidente informou quanto aos projetos e obras em curso, que apresentamos algumas candidaturas e algumas obras estão em curso, outras já estão concluídas mas para as quais aguardamos financiamento para recuperar algum investimento.

Quanto às contratações importa referir que só contratamos conforme as necessidades.

Relativamente ao parque da cidade, pela primeira vez o parque na cidade entrou no orçamento, nunca prometi a construção do parque da cidade, disse que iríamos trabalhar nesse sentido.

Quanto às variantes, não vamos fazer variantes nenhuma, refere-se à variante sul de Apúlia, temos 100 metros que podemos disponibilizar. Do ponto de vista dos fundos comunitários não vamos ter verba para este tipo de intervenções.

A Esposende Ambiente, a SUMA e as Juntas de Freguesias fazem este tipo de intervenções

com maior regularidade.

Relativamente ao senhor Deputado Orlando Rua dizer que estamos numa altura de crise e numa altura de crise não é fácil, compreendemos as limitações, temos que fazer um orçamento conforme as receitas que temos. Todas as rubricas que foram abertas são com a intenção clara de a poder capitalizar depois, se surgir a oportunidade.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2015 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL. -----
Votaram a favor 18 membros do Grupo Político PSD, 1 membros do Grupo Político do CDS-PP, 2 membros Independentes e 2 membros do Grupo Político do PS, num total de 23. Votou contra 1 membros do Grupo Político da CDU e 5 membros do Grupo Político do PS, num total de 6.

02.09. APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM TMDP, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 30 de outubro de 2014, solicita à Assembleia Municipal que fixe a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem em 0,25% para o ano de 2015. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E ASSIM FIXAR EM 0,25% A TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2015. -----

Votaram a favor 18 membros municipais do Grupo Político do PSD, 1 do Grupo Político do CDS/PP, 7 membros municipais do Grupo Político do PS e 2 membros municipais Independentes, Mário Boaventura, e José Manuel Neiva da Cruz num total de 28. Votou contra 1 membro municipal do Grupo Político do PCP.

02.10. APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE SOBRE A TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS IMI, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 30 de outubro de 2014, solicita à Assembleia Municipal que fixe a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2014 em 0,32%. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, FIXAR A TAXA DE IMI TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2014 EM 0,32%. -----

Votaram a favor 18 membros municipais do Grupo Político do PSD, 1 do Grupo Político do CDS/PP, 7 membros municipais do Grupo Político do PS e 2 membros municipais Independentes, Mário Boaventura, e José Manuel Neiva da Cruz num total de 28. Votou contra 1 membro municipal do Grupo Político do PCP.

Foi proferida uma declaração de voto, pelo Grupo Político do PS, que se transcreve:

“Mais uma vez a Câmara Municipal apresenta uma proposta tímida em relação ao IMI, uma descida de 0,02% para uma taxa de IMI de 0,32%.

Por força da eliminação da cláusula de salvaguarda no próximo ano, a receita camarária somará uma verba muito superior a um milhão de euros que sairá diretamente dos bolsos dos munícipes.

Continuaremos a defender uma redução do valor do IMI para a taxa mínima legal de 0,3%, mas tratando-se de uma descida do imposto, votamos a favor.”

02.11. APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE SOBRE A REDUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM INSTALAÇÃO DE ESPLANADAS E TOLDOS, PARA O ANO DE 2015, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 30 de outubro de 2014 solicita à Assembleia Municipal autorização para aplicar durante o ano de 2015, uma redução de 50% do seu valor na taxa de ocupação do espaço público com instalação de esplanadas, toldos e outros, nos termos do disposto nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, APLICAR DURANTE O ANO DE 2015 UMA REDUÇÃO DE 50% DO SEU VALOR NA TAXA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM INSTALAÇÃO DE ESPLANADAS E TOLDOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS NÚMEROS 2 E 3 DO ARTIGO 16º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO. -----

02.12. APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE SOBRE A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2015, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 26º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 30 de outubro de 2014 solicita à Assembleia Municipal que se mantenha o valor fixado para os anos anteriores, ou seja, uma participação variável de 5% do IRS dos sujeitos

passivos com domicílio fiscal no concelho de Esposende, relativa aos rendimentos do ano de 2015. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, APLICAR DURANTE O ANO DE 2015 UMA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE 5% NO IRS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO NÚMERO 2 DO ARTIGO 26º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO. -----

Votaram a favor 18 membros do Grupo Político PSD, 1 membro do Grupo Político do CDS-PP e 2 membros Independentes, num total de 21. Votaram contra 6 membros do Grupo Político do PS. Abstiveram-se 1 membro do Grupo Político do PCP e 1 membro do Grupo Político do PS, num total de 2. -----

Foi proferida uma declaração de voto, pelo Grupo Político do PS, que se transcreve:

“ Como é do conhecimento, e tratando-se de um ponto que o PS defendeu no seu programa eleitoral, entendemos que a Câmara Municipal de Esposende poderia desonerar as famílias com domicílio fiscal no Concelho de Esposende, baixando substancialmente a participação de 5% no IRS.

O Município que tanto exorta a folga financeira poderia ser mais audaz devolvendo parte do IRS, a bancada do Partido Socialista, vota contra esta proposta, por tudo quanto sempre defendeu, e porque prefere ver as pessoas com mais dinheiro nos seus bolsos do que os cofres da Câmara a transbordar com tantos euros.”

02.13. APRECIACÃO DA PROPOSTA DA CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA DA MARGINAL – 3ª FASE – ESPOSENDE – PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 20 de novembro de 2014 solicita à Assembleia Municipal autorização prévia, a proposta de adjudicação e minuta de contrato relativo à Empreitada “Construção da Ciclovia da Marginal – 3ª Fase – Esposende”. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO PREVIA, A PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA. ----

03. – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Seguidamente usou da palavra o senhor Justino Mouquinho referindo-se à bifurcação entre a Rua Serpa Pinto, a Rua das Pedreiras e a Rua Frei Bartolomeu para Fonte Boa. Na Rua das Pedreiras temos dois sentidos, quem vem da Rua Serpa Pinto de Fão para Fonte Boa só tem um sentido, na minha opinião o apelo que faço é para a colocação de um stop naquele local, pois tem havido lá muitos acidentes. Peço à Câmara Municipal e aos senhores Presidentes da Junta para que façam uma análise ao local e coloquem sinais de stop.

Queria também referir a questão das placas, queria lembrar que a placa de Fão que existe está bem colocada.

Queria também falar da florestação de Ofir, o senhor Presidente referiu que vai fazer uma replantação e eliminação de muita florestação, quero salientar que naquela zona existe muita prostituição masculina. Considerem como um alerta pois seria importante eliminar aquela vegetação.


Para terminar queria dar um voto de agradecimento ao senhor Dr. Albino Penteado Neiva pela coragem que teve por fazer um levantamento dos nossos antepassados soldados esposendenses, 196 que fizeram parte da guerra de 14 e que lançou um livro que informou a população.

O senhor Presidente referiu que vai analisar a situação com os serviços técnicos, fizemos uma tentativa de colocação de uma rotunda, é um local com alguns problemas, fica o compromisso em estudar a solução.


-- Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas. -----

---Sendo uma hora e dez minutos do dia vinte e nove de novembro, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

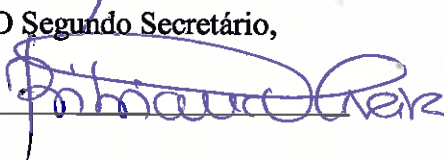
O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,



ATA

N.º 06/2014

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
28 de novembro de 2014**